



LEGISLATIVO

Lira recua sobre MPs, mas quer mudar comissões

Presidente da Câmara e líderes partidários vão informar ao Senado que aceitam a volta do rito para votação de medidas provisórias, porém querem aumento da quantidade de deputados nos colegiados e prazo fixo para o funcionamento

» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

Após um fim de semana tenso entre Palácio do Planalto e Câmara dos Deputados, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), desistiu do cabo de guerra com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), contra o retorno das comissões mistas, que analisam medidas provisórias (MPs).

A sinalização ocorreu ontem, após reunião de cerca de duas horas e meia na Residência Oficial, da qual participaram líderes da base, do Centrão e da oposição.

Após o encontro, Lira declarou que pretende firmar acordo com o Senado para aumentar o número de deputados nas comissões mistas e fixar prazo de funcionamento dos colegiados. Até o fechamento desta edição, o deputado ainda não havia procurado Pacheco para uma nova rodada de conversas.

Conforme Lira, a proporção acertada com os colegas é de três deputados para cada senador. “É a mesma da CMO (Comissão Mista Orçamentária) e de outras comissões relevantes”, disse, em entrevista coletiva.

Ele acrescentou que, não havendo acordo com Pacheco, está alinhado com o governo Lula que o Congresso votará MPs importantes — como as da estruturação dos ministérios, do Bolsa Família e do Minha Casa, Minha Vida — e que as demais sejam enviadas em formato de projeto de lei do Executivo.

Segundo Lira, se não chegarem a um consenso sobre o assunto “está claro que é o Senado que não quer acordo”.

“Discutimos três ou quatro possibilidades para propormos o entendimento”, destacou. Ele

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Lira: “Se essa proposta de proporcionalidade não atender ao Senado é porque, na realidade, o Senado não quer fazer acordo”

acrescentou que as sugestões para o consenso serão enviadas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha.

O parlamentar alagoano ainda argumentou que o formato atual de votação das MPs, direto no plenário, é mais célere. Disse que o tempo de análise de MPs desde 2020 foi reduzido, conforme levantamento da Casa, e frisou que não procede a reclamação de que senadores estavam votando as medidas sem tempo razoável de análise.

“Minha posição é da defesa de

que as MPs com o rito da pandemia deveriam ser aprimoradas. A Câmara nunca foi contra a Constituição Federal, que pode ser mudada quando virmos uma proposta mais adequada”, enfatizou.

Em tom mais ameno do que da última sexta-feira, em que chegou a ameaçar prejudicar votações relevantes para o Planalto, o deputado voltou a falar da questão de ordem apresentada por seu inimigo político, Renan Calheiros (MDB-AL), que pediu a retomada das comissões mistas, e sutilmente rezeleu que se tratou de um passo unilateral de Pacheco acatar

a ponderação do senador alagoano, sem levar o tema a uma sessão do Congresso.

A questão de ordem, orquestrada por Calheiros com líderes da base e logo após aceita pelos da oposição, foi a carta na manga para que Pacheco determinasse a retomada das comissões mistas, fazendo com que os planos de Lira fossem enterrados.

Em fevereiro, o presidente do Congresso enviou o ato de retomada dos colegiados para ser assinado por Lira, mas o presidente da Câmara não assinou.

Líder do governo, José Guimarães (PT-CE) disse estar confiante

em um acordo, porém admitiu a possibilidade de resolver o problema de outra forma, caso não haja avanço na negociação. “Nós queremos paz”, frisou, ao destacar o desejo do Planalto de que o impasse seja resolvido.

Questionado por jornalistas sobre qual seria o caminho alternativo do governo, Guimarães disse que a imprensa estava “colocando o carro na frente dos bois”. “Vamos esperar.”

Líder do PCdoB, Jandira Feghali (RJ) afirmou que as MPs do governo Lula vão passar a tramitar com os colegiados mistos, após ratificado o acordo.

O que quer a Câmara

Veja as propostas que serão levadas para o governo e para o Senado

» Mudança na composição das comissões: hoje, um colegiado tem 12 deputados e 12 senadores. Líderes da Câmara querem três deputados para cada senador. A alteração seria feita por meio de um projeto de resolução do Congresso.

» Prazo para análise nos colegiados: as MPs editadas pelo governo têm efeito imediato, mas precisam ser aprovadas pelo Congresso em até 120 dias para não perder validade. A Câmara vai propor que dentro desses quatro meses haja um prazo para a análise das medidas nas comissões mistas. Caso os colegiados descumpram o prazo, as MPs seriam automaticamente enviadas ao plenário de cada Casa.

» Definição de tempo para MPs irem aos plenários: os deputados sugerem a fixação de prazos para votar as medidas, após o encerramento dos trabalhos das comissões mistas. Esse prazo poderia ser maior para a Câmara ou igual entre as duas Casas. Nesse caso, de acordo com os líderes, seria preciso aprovar uma proposta de emenda à Constituição (PEC).

NAS ENTRELINHAS



Por **Luiz Carlos Azedo**
luizazedo.df@dabr.com.br

Não custa nada lembrar, Lula quase perdeu a eleição

Entre os aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que não são de esquerda — muitos dos quais o apoiaram já no primeiro turno —, cresce a preocupação com os riscos de ingovernabilidade que estão correndo, diante dos desafios de seu novo governo. A sombra que persegue Lula vai para bem longe, a ex-presidente Dilma Rousseff, que assumirá o comando do banco dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com um salário equivalente a R\$ 200 mil. Entretanto, a comparação do atual governo com o de Dilma, que não é nada alvissareira, está se tornando cada vez mais frequente.

Lula ainda nem completou 100 dias de mandato, mas seu governo começa a envelhecer rapidamente. Antigos conflitos e problemas emergiram nesse período, como as invasões de terra do

MST, o aparelhamento das estatais e fundos de pensão pelo PT e a eterna disputa entre os moderados e a esquerda petista pela política econômica do governo. Para complicar ainda mais, pululam no governo os possíveis candidatos à sucessão de Lula, o que é uma insanidade, em se tratando de uma administração que precisa primeiro dar certo.

Alguém precisa refrescar a memória dos petistas de que Lula quase perdeu a eleição para Jair Bolsonaro: a vitória no segundo turno foi por 50,9% a 49,1% dos votos válidos. Lula ganhou a eleição graças ao voto das mulheres e dos mais pobres, mas a diferença decisiva veio dos votos de Simone Tebet, que se empenhou na campanha de Lula no segundo turno, e Ciro Gomes, por gravidade, via PDT. Bolsonaro obteve mais votos da chamada

“terceira via” do que Lula, o que é um sinal de que esses segmentos sociais e políticos de centro podem se deslocar facilmente para a oposição ao governo.

Além disso, não houve a trégua tradicional dos adversários. Os bolsonaristas tentaram dar um golpe de Estado em 8 de janeiro e foram derrotados; apesar de isolados, nunca perderam a capacidade de mobilização e influência. Embora Bolsonaro tenha sido derrotado, o PL elegeu a maior bancada da Câmara e estrutura o bloco de oposição no Senado. Forma com o PP, cujo presidente é o ex-ministro da Casa Civil Ciro Nogueira (PI), a aliança estratégica do Centrão no Congresso. Vem daí as ambiguidades do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que se reelegeu com apoio de

um bloco que vai do PL ao PT.

No Senado, a fronteira entre o governo e a oposição foi traçada com a reeleição do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para a Presidência da Casa, porém, seu adversário, senador Rogério Marinho (PL-RN), lidera uma oposição ideológica e aguerrida. Na Câmara, a situação é completamente diferente, existe uma “terra de ninguém” entre governo e oposição, formada pelas “bandas independentes”, que Arthur Lira controla por meio de seus líderes. É nessa “terra de ninguém” que a governabilidade de Lula se torna frágil.

A crise entre o Senado e a Câmara em torno da tramitação das medidas provisórias, cujo rito está previsto na Constituição, conforme deixou claro o senador Rodrigo Pacheco, reafirma a ambição de Arthur Lira, que pretende alargar seus poderes de presidente da Câmara e ser o fiador da governabilidade de Lula no Congresso. As medidas provisórias, durante a pandemia, tramitaram diretamente de um plenário para outro, sem passar pela comissão mista que deveria apreciá-las.

Mediação onerosa

O presidente da Câmara não deseja instalar a comissão mista e responsabiliza Pacheco e o Palácio do Planalto pela paralisação da tramitação das medidas provisórias. Caso seja instalada, senadores e deputados que a integram adquirirão capacidade própria de negociação com o governo, o que enfraqueceria Lira. O presidente da Câmara não deseja perder esse poder de negociação com Lula. E alega que a manutenção do rito anterior havia sido pactuada com os representantes do governo.

Houve duas conversas recentes de Lira com Lula, uma das quais sozinho. Nelas, se colocou como mediador das relações do presidente da República com a Câmara. Enfraqueceu, a um só tempo, o líder do governo, José Guimarães (PT); o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha; e o ministro da Casa Civil, Rui Costa, que está sendo frito por gregos e baianos. Homem forte do governo, o ex-governador da Bahia deu um chá de cadeira de 45 minutos no ministro Haddad.

Esse tipo de relação entre o

presidente da República e o presidente da Câmara tem precedentes históricos. Foi assim entre o presidente José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães (no antigo PMDB); de igual maneira, entre Fernando Henrique Cardoso e o deputado Luiz Eduardo Magalhães (no antigo PFL). Havia sintonia e, ao mesmo tempo, tensões entre ambos, mas nada se compara ao tipo de relação de tutela que Lira pretende impor a Lula. O presidente da Câmara também pretende desempenhar o papel de porta-voz dos grandes grupos econômicos do país no debate econômico.

A residência oficial de Lira se tornou uma espécie de “muro das lamentações” (com todo respeito) para os insatisfeitos com o governo. Lula ataca os jurros, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, e executivos dos bancos de investimentos correm para Lira. O MST invade terras produtivas, a bancada do agronegócio lhe pede socorro. Enquanto o governo Lula não der uma resposta ao seu maior problema, a recuperação da economia, a ambição do presidente da Câmara encontrará terreno fértil.